

## **As estratégias comunicacionais do MST**

---

**Cristiane Reis**

**2010**

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e  
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC. Nº 4, 2010*  
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado reporta-se à Tese de doutoramento em curso, tendo por tema a relação da mídia, convencional e alternativa, e os movimentos sociais. Pretende-se analisar como a mídia hegemônica representa o Movimento dos Sem-Terra (MST), e igualmente o modo como este movimento social se autorepresenta na mídia alternativa. E, por fim, investigar se existe um potencial contra-hegemônico na mídia convencional.

A partir da segunda metade dos anos oitenta, a América Latina passou a vivenciar um período de redemocratização, após um longo período ditatorial, que acirrou em muito as desigualdades sociais. Paralelamente à abertura política, verificou-se uma maior criminalização dos movimentos sociais.

Tendo em vista a análise do tema proposto, procuro entrelaçar a revisão bibliográfica, utilizando teorias consistentes dos autores mencionados, com a análise dos discursos inseridos em notícias veiculadas na mídia impressa, bem como suas imagens, perscrutando assim de que modo as enunciações e discursos que criam os mecanismos de controle e disciplinação social desembocam na criminalização dos movimentos sociais.

Consideram-se portanto duas hipóteses de trabalho: 1. A mídia hegemônica, em seu editorial e suas reportagens, constitui um dos elos do processo de criminalização do MST; 2. O MST utiliza-se de forma contra-hegemônica tanto da mídia convencional quanto da alternativa. O MST recorre a dois canais para visibilidade e difusão do seu discurso contra-hegemônico: os canais alternativos próprios (aqui especificamente Jornal e Revista Sem-Terra) e a própria mídia hegemônica, constituindo, ambos, espaços de luta.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; mídia; estado; espaço público

### 1. Os bastidores da Mídia hegemônica

A globalização, tanto hegemônica quanto contra-hegemônica, suas ações e reações, foram alavancadas pelas novas formas tecnológicas a serviço dos meios de comunicação, tornando o processo mais visível, quase palpável. É importante deixar registrado que não se entende a mídia como a única promotora da globalização hegemônica, sendo esta concebida por vários fatores, onde os meios de comunicação tiveram forte e crucial contributo, para além de políticas estatais e econômicas.

Boron afirma que os meios de comunicação vêm contribuindo sistematicamente com o sistema neoliberal de hegemonia e dominação, chegando a denominar estes veículos através da “grande ‘imprensa econômica’ internacional”, posto que são “aparelhos especializados a serviço de diversos grupos e setores da classe dominante e cuja ‘função informativa’ está subordinada à estratégia de acumulação de capital

do conglomerado empresarial ao qual estão ligados” (2001: 46).

Para o presente ensaio, cumpre esclarecer que se compreende aqui a mídia como uma das instâncias de controle social e de criminalização dos movimentos sociais. Nesta medida, tem-se como objetivo geral analisar as estratégias comunicacionais da mídia hegemônica quanto ao MST, bem como as do próprio Movimento, buscando demonstrar que os meios de comunicação convencionais, ao mesmo tempo que são hegemônicos, exercendo forte controle social e criminalizador dos movimentos sociais, também são espaços de luta contra-hegemônicos desses mesmos movimentos sociais e abrem assim espaço para marcação e legitimação da identidade coletiva de seus membros. Para tanto, parte-se de duas hipóteses: 1. os discursos da Mídia se constituem em forte reforço ao discurso oficial dominante, criando mitos e estereótipos; 2. Por outro lado, ao darem visibilidade aos grupos excluídos, carregam em si seu potencial emancipador.

Vivemos num momento em que os meios de comunicação levam a cabo os processos de globalização e os difundem, tomando uma proporção que antes não se imaginava. Tendo em vista a força dos meios de comunicação, incrementado pelas altas tecnologias, Sklair (2005: 57) caracteriza este momento como sendo a *globalização genérica* caracterizada pela ocorrência de dois fenômenos: a) a revolução eletrônica, que modificou a estrutura de comunicação de massa; b) a subsequente criação de espaços sociais transnacionais, nos quais floresceram as várias formas de cosmopolitismo.

Atualmente, a sociedade está marcada por um fluxo comunicacional<sup>1</sup>, sendo um aspecto importante na economia que se pode denominar economia do conhecimento. Nesta medida, ao mesmo tempo que a informação transmitida pode ser manipulada e dominar, podemos utilizar este potencial num sentido de uma participação informada e de uma cidadania activa, vinda de baixo para cima. Assim, da mesma forma que a informação pode colocar o capital no centro do sistema, podemos alocar o sujeito e dar-lhe instrumentos para transformação.

O que se passa em um país é noticiado em outro quase na mesma velocidade em que acontece naquele local e é transmitido, pelos meios de comunicação hegemônicos, da forma que convém aos grandes interesses nos diversos setores económicos, políticos, sociais, culturais etc. Vários são os campos de atuação, como sabemos, mas

---

<sup>1</sup> Segundo Santos (2007: 132), “a informação se converteu num problema crucial de direitos humanos”, pois podem causar violações aos mesmos, como no caso do direito de privacidade, mas também não podemos olvidar seus aspectos positivos e que podem gerar a emancipação.

da mesma maneira que assim se dá, podemos notar que os meios de comunicação são eficazes na transmissão do evento e de garantir a visibilidade.

Devemos ter em conta que as empresas de comunicação operam de duas formas principais: uma é por um maior nível de audiência e, dependendo do canal informativo, como é o caso da mídia impressa, por uma maior venda; e num segundo aspecto, primam pelo entretenimento, qualquer que seja a notícia, isto é, tendem a espetacularizar as notícias, onde todos viram atores do palco midiático.

No Brasil, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) apoia a democratização dos meios de comunicação, propugnando pela criação de um Concílio Nacional de Comunicação<sup>2</sup>, posto que, no caso das emissoras de TV, estas estão nas mãos de apenas cinco grandes redes de comunicação.

Os inúmeros fatos da vida não são noticiados e quem escolhe o que será ou não e como será noticiado é o editorial<sup>3</sup> de cada meio de comunicação, que segue uma linha ideológica. E a própria mídia intenciona demonstrar à sociedade que ela conhece os fatos, que ela possui a verdade dos acontecimentos, sendo o olho do mundo. Dependendo do impresso que se tenha nas mãos, realidades distintas podem ser representadas sob o mesmo objeto, devido a forte seletividade dos meios de comunicação ao selecionar e transmitir um evento.

Neste mercado midiático concentrado, dificilmente consegue-se pensar que haja livre manifestação de pensamento no interior dos meios de comunicação, onde os jornalistas devem seguir a linha editorial do veículo de comunicação ao qual se ligam. Deste raciocínio, cumpre pensar brevemente sobre a própria liberdade de expressão.

A liberdade de expressão é uma garantia inerente às democracias liberais e que está prevista e garantida no artigo 19.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e também no artigo 10.º da Convenção Européia de Direitos Humanos. No Brasil, ainda sob a proteção do artigo 5º, da Constituição Federal brasileira, seu inciso IX, é previsto que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. A Lei n.º 5.250, de 1967, disciplina a liberdade de manifestação de pensamento e de informação.

---

<sup>2</sup> A comunicação chegou a ser tema, em 1989, de campanha propagada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

<sup>3</sup> O editorial de cada meio de comunicação dita a linha política de cada jornal. Mendes identificou, em pesquisa realizada tendo por objeto o jornal Público, que alguns jornalistas escreviam neste impresso seguindo a linha ideológica da empresa, mas também escreviam em outros editoriais com linhas diametralmente opostas, o que demonstrou “divisões ideológicas e políticas na redacção e dando uma imagem aparente de pluralismo e de neutralidade” (Mendes, 2004: 154).

A liberdade de expressão é a garantia de se manifestar livremente, com apresentação de fatos, versões, narrativas, pensamentos, idéias etc., abrangendo a todos os interesses, sem exclusão de qualquer que seja. Essa é a verdadeira liberdade de expressão. Questiona-se, entretanto, haver liberdade de expressão realmente nos meios de comunicação de massa, quando somente um lado da história é narrado, quando somente um interesse é ouvido e defendido. Não é aliás por acaso que as rádios comunitárias, uma das expressões de mídia alternativa, são tão combatidas no país.

Em Junho do corrente ano, lideranças de alguns movimentos sociais foram impedidas de entrar em um local onde se realizava um "ato de defesa da liberdade de imprensa", no qual Marcel Granier, dono da RCTV venezuelana, cuja concessão não foi renovada, a mando do presidente Hugo Chávez, por estar envolvida com crimes de sonegação de impostos, evasão de divisas, propaganda de prostituição, apropriação indébita das contribuições previdenciárias de seus funcionários. Que liberdade de expressão é esta? Por que somente a alta cúpula da comunicação pode se manifestar? Tamanha contradição!

Transmite-se a idéia de que o discurso da mídia é seguro, confiável e retrata fielmente a realidade. Passa a ser Lei. Segundo Romão & Tfouni,

*"Lançando mão de tabelas, gráficos, mapas, estatísticas, quadros explicativos, pesquisas inéditas, fotografia e fotomontagens, a tônica do discurso jornalístico é generalizar e fixar um dizer como irrefutável. Esta manobra torna-se ainda mais poderosa quando textos, reportagens e matérias aparecem sem autor explícito. Tal ausência de um nome, de um responsável pelo dito, tem impacto na relação imaginária com o leitor, que passa a acreditar (daí advindo a credibilidade) que não se trata ali de uma mera opinião pessoal, partícula de um mundinho reduzido e digno de apenas uma voz, mas sim de um julgamento universal, compartilhado por todos. Assim, o efeito de sentido do discurso jornalístico aproxima-o de uma Lei. E Lei não comporta opinião, interpretação nem crítica; deve ser aceita e maximizada na sua impessoalidade." (2002: 05).*

Segundo o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, um pequeno número de propriedades rurais constituem latifúndios e ocupam mais da metade (cerca de 57%) das terras agricultáveis do Brasil. Significa dizer que uma área equivalente aos Estados de São Paulo e Paraná, no Brasil, concentram os trezentos maiores proprietários rurais, enquanto quase cinco milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais estão sem um naco de terra para viver, salvo aquele mencionado na música de Chico Buarque, que "é a parte que te cabe neste latifúndio". Por que razão esta desigualdade, este distanciamento não é relatado nos meios de comunicação? Por que motivo, ao noticiar uma ocupação de terra a faz de forma pejorativa e negativa e raras são as vezes em que são entrevistadas as lideranças do

Movimento e, quando o são, é igualmente para desqualificar, ou ainda para apontar as ações como invasões, cujo próprio termo já traz em si um cunho negativo, alargando para o crime, para a baderna, para o desrespeito ao Estado Democrático de Direito?

Haverá mesmo liberdade de expressão ou esta é censurada, na medida em que é parcial e tendenciosa; na medida em que, para se buscar o outro lado da história, a outra versão, pois a história é constituída de versões e não de verdades, tem que se recorrer às notícias veiculadas nos veículos de comunicação ligados a estes grupos que são silenciados na mídia convencional? Entendemos assim que, na verdade, não há de fato liberdade de expressão, pois a notícia tem que ser veiculada somente com uma versão e portanto tendenciosa, a fim de manter o *status quo* hegemônico. A liberdade de expressão, segundo aqui se entende, é confundida com a liberdade do próprio capital ao qual serve. Assim, os espaços alternativos de comunicação podem trazer fortes contribuições para reversão ou contrapeso dessa situação.

A chamada imprensa livre serve aos interesses daqueles que estão no poder. A maioria dos canais de comunicação são empresas que vendem audiência privilegiada para outros negócios, pertencendo à mesma categoria de elite, esperando dividir percepções, aspirações e atitudes destas associações, refletindo seus próprios interesses de classe. Os jornalistas acabam por incorporar estes discursos e valores, nem que seja para manterem seus empregos.

É pelas mãos de organismos privados que muitas decisões que interferem na vida social são tomadas. Segundo Chomsky (1989: 10), um estudo realizado em 1975, pela Comissão Trilateral<sup>4</sup> já havia concluído que a mídia se tornara numa notável fonte de poder nacional, constituindo uma demonstração de excesso de democracia, que levaria à redução da autoridade governamental.

Ter uma imprensa livre constitui sim uma demonstração de que a democracia funciona. Entretanto, podemos assim entender que, na medida em que os meios de comunicação, apesar de serem vistos como livres, não o são, posto que devem atender aos interesses maiores, como poderemos compreender que estamos mesmo diante, vivenciando e experimentando uma democracia? Isso faz-nos pensar se o Brasil é mesmo um país democrático ou se não experimenta outra forma de Estado com roupagem de ditadura (privada).

Alguns autores (Cardoso, 2006; Murdock, 1992) entendem que os meios de

---

<sup>4</sup> Deve-se ter em mente que esta Comissão representa as percepções e valores das elites liberais dos EUA; Europa e Japão.

comunicação contribuem para o alargamento do espectro de cidadania<sup>5</sup>, tanto ao nível individual quanto coletivo: garantem conhecimento aos direitos dos cidadãos; fornecem maior informação acerca de debates e questões públicas; abrem oportunidade aos cidadãos de se expressarem e proporem alternativas às questões apresentadas; e apresentam ainda um leque de representações que, de acordo com cada indivíduo, podem vir a ser aceitas ou rejeitadas. Dentro desta ideia de que os meios de comunicação contribuem para a cidadania, Cardoso argumenta que se pode falar em direitos comunicativos, que seria o direito de ouvir e de se fazer ouvir (Cardoso, 2006, p. 404).

Novos atores podem passar a utilizar os canais comunicativos dos *media*, até mesmo os grupos socialmente excluídos, seja por canais próprios, fazendo uso dos recursos na Internet, como sites, blogues, fóruns de discussão, seja por meios de rádios comunitárias, jornais e revistas da mídia alternativa, para não falar dos espaços ocupados também nos meios de comunicação convencionais, pois passam a ser, de uma forma ou de outra, conhecidos, enquanto antes eram invisibilizados. Os meios de comunicação eletrônicos são recorrentemente utilizados pelos movimentos sociais em todo o mundo e isso muito contribui para o desenvolvimento e aliança entre os mesmos, apesar da enorme heterogeneidade desses movimentos. Nesta medida, podemos entender a capacidade dos meios de comunicação para se tornarem espaço de luta e de, cada vez mais, transformarem os limites da democracia e da cidadania.

## 2. O Potencial Emancipador da Mídia Convencional

Podemos perceber que os países com fraco desenvolvimento social por parte do Estado deslocam o centro das lutas pela inclusão para as classes subalternas, que normalmente são invisibilizadas. Essas lutas, entretanto, vão para os meios de comunicação de uma maneira que beneficie os grandes interesses na manutenção da ordem pública vigente. Não se pode esperar dos meios de comunicação, aliados e também detentores de grandes interesses, que aplaudam a luta social por parte dos excluídos do contrato social. Seu papel é jogar à criminalidade, mas não ao ostracismo.

Controlar os meios de comunicação é assim de extrema importância para os grandes interesses hegemônicos, posto que se consegue alcançar uma grande variedade de público ao mesmo tempo, expandindo poder nos mais variados níveis: político,

---

<sup>5</sup> Esta visão não é unânime, na medida em que alguns autores vêem os meios de comunicação como redutores da cidadania.

econômico, cultural, social e até religioso. Segundo Castells (2003: 374), “a política simbólica, assimilando a liberalização dos *media* à modernização tecnológica, influenciou decisivamente a opinião das elites a favor do novo sistema de comunicações”. Dentro desta visão, os Estados perderam, com o processo globalizatório, muito de seu poder de decisão e controle, mas os meios de comunicação vieram ocupar este lugar, tornando-se um espaço privilegiado da política e do poder.

Até início dos anos 80, nos diversos países do mundo, os meios de comunicação, uma das fontes de manutenção de poder por parte do Estado, estavam sob a tutela governamental e, atualmente, estão cada vez mais concentrados em mãos particulares que primam por seus interesses, podendo atribuir-se, esta mudança de controle às tecnologias cada vez mais avançadas e à mobilidade comunicacional também a nível global, dificultando cada vez mais o controle por parte dos Estados.

Em todo o mundo, foram poucos os países que não tiveram, a partir da década de oitenta, os meios de comunicação privatizados. A própria Rede Globo, a maior rede de comunicação brasileira, com fortíssimo monopólio, com televisão, jornais impressos, revistas, sites, emissoras de rádio, recebeu concessão justamente em plena ditadura militar. Não admira que até nos dias atuais a mesma deva atender aos interesses daqueles que a ajudaram a se transformar na mais importante e de maior difusão e alcance em todo o território nacional. Seu poderio econômico, político, cultural e social dita as regras para a opinião pública, ou, podemos mesmo falar, em opinião publicada, na medida em que a mesma é somente acatada pela maioria do público e assimilada como consenso<sup>6</sup>.

O campo político é na verdade captado pelos meios de comunicação, que não os cria, pois trata-se de um processo social e político aberto<sup>7</sup>. Entretanto, os meios de comunicação acabam gerando reflexo na organização política, para além das eleições, e até na relação entre o Estado e a sociedade. Devemos lembrar o fato

---

<sup>6</sup> Castells (2003: 434-435) discorda deste entendimento e afirma haver dois erros advindos do senso comum, mas já refutados empiricamente. O primeiro é a noção de que os meios de comunicação impõem suas opções políticas à opinião pública. Entende o autor que isso não corresponde, em regra, à realidade, na medida em que os *media* são muito diferentes e suas relações com a política e a ideologia são altamente complexas. Afirma que há casos registrados em que os meios de comunicação chegaram a “defender” a opinião pública, citando o caso em que apoiaram a iniciativa do Poder Judiciário contra a corrupção, em Itália, existente nos partidos políticos e o caso de Sílvio Berlusconi, apesar de este ser proprietário de três canais de televisão naquele país. Entretanto, questiono se a abertura destes casos não era de interesse para outros grupos e por isso noticiado e da maneira como foi, dando aparência de imparcialidade. Outro aspecto mencionado por Castells é a relação entre os *media* e a manipulação das mensagens recebidas pela audiência e afirma que na maioria das vezes ela é independente.

<sup>7</sup> Segundo Castells (2003: 438), “a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço dos *media*. Fora da esfera dos *media* existe apenas marginalidade política”.



ocorrido nas eleições para Presidente da República, no Brasil, nos anos 90, quando concorriam, no segundo turno, Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. O Jornal Nacional, programa jornalístico transmitido pela Rede Globo de Televisão, recortou trechos do debate que havia ocorrido no dia anterior, passando a imagem de um Lula inseguro e apático, sem condições de liderar o país, enquanto mostrava o outro candidato, seguro, instruído e apto. Essa transmissão tendenciosa fez história, pois dias depois ocorriam as eleições, sendo vitorioso o candidato Fernando Collor, que pouco tempo depois sofreria *impeachment*, igualmente sobre a liderança e comando da mesma empresa de comunicação<sup>8</sup> que lhe ajudou a eleger. Dificilmente se pode dizer que não há interesses por trás das empresas titulares dos meios de comunicação, que tanto são capazes de eleger como de retirar um governante.

Não se pode, apesar de tudo, pensar que o potencial democrático das sociedades contemporâneas se esgotou e que os projetos do processo de globalização reinam de forma absoluta. É neste sentido que se torna de extrema importância a atuação dos movimentos contra-hegemônicos, que devem fazer uso alternativo dos meios de comunicação, não só para troca de informações e divulgação de suas atuações, mas como meio de estratégias de transformação social.

Fernandes (2006: 154-155) enxerga a globalização e os meios de comunicação como uma forma de sociabilizar identidades, conhecimentos e valores que anteriormente não seriam dados a conhecer. Esta socialização de informação realmente acontece e isto obviamente é proveitoso e valioso, mas este uso contra-hegemônico não pode olvidar aquele que faz com que a massa de excluídos ou não perfaça a agenda de comunicação e informação ou, se o fazem, são lhes dedicadas parte do noticiário da seção policial e assim, desta maneira, passam a ser conhecidos como criminosos. Importante reconhecer que a globalização hegemônica e a comunicação social que lhe é correspondente tende sim a homogeneizar comportamentos, na medida em que transmite sempre os valores e cultura que lhes interessam como sendo a válida, a produtiva, a de progresso e de sucesso.

A força tecnológica é dual, pois ao mesmo tempo que pode fornecer às sociedades repressoras novas e mais poderosas formas de controle social, pode também, nas sociedades democráticas participativas, gerar um aumento do poder político em termos de maior participação e controle também do próprio Estado e de outros

---

<sup>8</sup> Interessante lembrar como nesta época foi transmitido pela Rede Globo de Televisão uma minisérie intitulada "Anos Rebeldes", que aludia aos tempos da ditadura e à necessidade de o povo se manifestar e ir para a rua para destituir um Governo. Em pouco tempo, tínhamos os estudantes (e ainda outros setores) na rua, que ficaram conhecidos como "os cara-pintadas".

agentes sociais. A isso também se aplica o papel da mídia, na sua relação de vigilância e controle, seja sobre o Estado, seja sobre a sociedade.

A mídia constitui preciosa máquina de, como afirma Ramonet (2000), “propaganda silenciosa”, capazes de “manipular as massas” e de “fabricar espíritos”. Isso já todos concordam. É ainda comum ouvirmos dizer que, justamente por esta característica acima, os meios de comunicação constituem-se em si um “quarto poder”. Aproveitando esta expressão, poderíamos muito bem afirmar que o povo, organizado e participativo, pode alterar a situação reinante e, utilizando-se dos meios de comunicação, vir a constituir-se um *quinto poder*. O interessante, aqui, é que se possa utilizar este poder que os media possuem igualmente de forma contra-hegemônica.

Os movimentos sociais contra-hegemônicos, em grande medida, marcam presença nos meios de comunicação e utilizam-se dos mesmos como forma de divulgação e visibilidade, mesmo que sejam retratados pela mídia hegemônica de forma negativa, como é o caso do MST. Ao criar o espetáculo, chamam atenção da mídia e, por consequência da população, colocando suas reivindicações em pauta de discussões e ganhando, assim, força reivindicativa junto aos Governos.

A utilização dos meios de comunicação, hegemônicos ou alternativos, é essencial ao desenvolvimento dos Novos Movimentos Sociais que lutam contra o processo globalizatório dominante. Sem esse meio, em todos os níveis, as lutas acabariam por restringir-se às esferas locais, dificultando em muito sua atuação e sucesso. Antes, e devido à globalização hegemônica, estes grupos eram apenas sem-rostro, invisibilizados, e luta que não é vista, não é conhecida, na realidade não existe. Passaram, pois, de uma forma ou de outra, a serem vistos e ouvidos e a incluir suas reivindicações como importantes e necessárias à paz social, tão cara ao contrato social.

### **3. A Mídia radical e a alternativa**

Quando os dados da violência no campo<sup>9</sup> referentes ao ano de 2003 foram divulgados pela CPT em coletiva à imprensa, foi fornecida a informação de que pessoas no campo estavam sofrendo ameaças de morte. Entre elas estava Dorothy Stang. Um ano depois, a missionária era assassinada e aí sim, neste momento, passou a ocupar

---

<sup>9</sup> O estudo realizado por Gonçalves (2006) comprovou que a violência agrária tem ligação, atualmente, com o agronegócio, mais do que com as arcaicas estruturas agrárias históricas e isso representa indícios da colonialidade, que ainda vivemos.

os noticiários, locais, nacional e internacional.

A hegemonia não domina sem que haja uma constante resistência e embate, que são ações de contra-hegemonia. Diante da globalização hegemônica, formada por ideias neoliberais e democracia representativa, que acentua desigualdades sociais e monopoliza decisões políticas, econômicas, e silencia culturas, surgem forças variadas de disputa e luta, que são formas de política e cultura alternativas.

Os movimentos sociais atuam, de modo contra-hegemônico, em várias esferas, o que inclui a mídia. Segundo Góes (2000: 5), "a mídia pode ser analisada como suportes ideológicos dos sistemas hegemônicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que objetivam reformular o processo social".

Importante aqui é o conceito de mídia radical de Downing (2002), que tem em seu cerne a ideia de cultura popular<sup>10</sup>. Entretanto, não se pode esquecer que a cultura de massa, à qual a cultura popular se opõe, apoia-se nesta última para seu êxito e difusão de cima para baixo. A mídia radical alternativa é relativamente livre e autônoma em relação aos poderes constituídos.

Segundo Downing (2002), a mídia radical normalmente é de pequena escala, com poucos recursos financeiros e com pouca divulgação, mas sempre, dentro de sua organização interna, no caminho de ser mais democrático do que a mídia convencional. Este tipo de mídia encontra-se do lado de lá da linha e serve a dois propósitos:

- a) Expressar verticalmente, a partir de setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento:
- b) Obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder. (2002: 29-30).

É justamente na linha contra-hegemônica que se concebem alguns dos modelos de mídia radical alternativa. Segundo Downing (2002: 49), "o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a

---

<sup>10</sup> A cultura popular tem sua definição em Adorno e Horkheimer, constituindo a expressão de como o público pensa e o que deseja, com um forte viés oposicionista à cultura de massa, resultado dos processos industriais de publicidade, rádio e teledifusão, cinema e mídia impressa (Downing, 2002: 32). Entretanto, Downing defende que esta dualista é por demais reducionista, pois também pode haver mídia radical impregnada pela de massa. O hibridismo é a marca das duas formas de cultura, assim como a chamada cultura de oposição. Fala também o autor em culturas, no plural, pois afirma que raras são as sociedades monoculturais, sem falar nas culturas típicas de gênero e faixa etária e nas várias culturas há também uma hierarquia, estando no patamar mais elevado as da burguesia, dos bancos, dos letrados. Assim, a mídia politicamente minoritária constitui uma importante dimensão da mídia radical alternativa.

verdade. Esse é o modelo da contra-informação”.

É importante esta idéia de que a mídia radical vem quebrar o silêncio. A mídia convencional é controlada pelo capital e pelo Estado, as vozes da cultura popular quase nunca são ouvidas e quando isso acontece, ainda assim são deturpadas. Neste sentido, quebrar o silêncio e se fazer ouvir contribui para a redistribuição do poder e a criação de um espaço mais democrático, na medida em que outras versões sobre o mesmo fato vêm à tona, para além de se garantir ao público perspectivas de questionamento sobre o *status quo*. O grande problema aqui reside na difusão destas informações, pois possuem espectro mais restrito do que a convencional.

O processo de opressão imposto pela classe dominante faz gerar naqueles que são subordinados um sentimento que vai além da questão e distância econômica. Gera também um sentimento de humilhação pelas várias formas de violência sofrida e isso leva a uma reação por parte de alguns<sup>11</sup>.

A mídia alternativa manifesta-se em um cenário de representação política contra-hegemônico e reivindica novo espaço de difusão de ideias e, por mídia radical, podemos entender, de forma bastante modesta, aquela que é diferente da convencional e tem por principal objetivo privilegiar o potencial transformador da mídia como instrumento reflexivo de práticas e comunicações em redes sociais. Várias são as formas de mídia radical: jornais, rádios comunitárias, sites e blogs, panfletos, encenações teatrais, poesias entre outras.

A relação entre a mídia alternativa e os movimentos sociais leva a um processo de comunicação também alternativo, pois estes últimos defendem uma mudança social e busca envolver as pessoas em seus processos. O uso dos meios eletrônicos diminui custos e facilita a divulgação. Os movimentos sociais buscam esta forma comunicativa para se mobilizarem, organizarem e discutirem alternativas que consideram fundamentais, fazendo com que suas ações sejam reconhecidas globalmente.

Na mesma medida em que os meios de comunicação tradicionais e hegemônicos fomentam e perpetuam os problemas sociais causados pela globalização, por meio da divulgação e ampliação dos interesses neoliberais, várias formas de mídia alternativa podem vir a ser utilizadas, inclusive por via virtual.

Neste uso, a IPS (*Inter Press Service*), a Adital (Agência de Informação Frei Tito para a América Latina) e a Agência Carta Maior são exemplos de meios contra-

---

<sup>11</sup> É neste sentido que se apreende o pensamento de James Scott quando o mesmo trata da questão da infrapolítica (Scott, 1990: 15-19)

hegemônicos no ciberespaço. Quanto aos movimentos sociais, o MST (Brasil) utiliza esta via comunicativa, com o uso da *homepage*, apesar de não ser um site com ampla interatividade, bem como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (México), que também mobiliza virtualmente seus membros e simpatizantes.

Um outro exemplo radical de mídia digital é a chamada *Independet Media Center* (ICM - Indymedia), que, segundo Góes (2000: 8), "consiste na estrutura e no uso da comunicação interativa e no processo de informação na Internet, onde qualquer leitor também pode ser o escritor, o conteúdo produzido é público e pode ser modificado antes, durante e depois da publicação". É um canal interativo, onde os movimentos contra-hegemônicos podem expressar suas ideias, interesses e discutir temas locais e globais.

A mídia alternativa normalmente divulga fatos que são silenciados nos meios de comunicação tradicionais, como o aquecimento global, o perigo dos alimentos transgênicos, a violação dos direitos humanos, a violação dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos entre outros, que não são normalmente assuntos de pauta. Enquanto a mídia hegemônica tende a difundir o poder e reforçar interesses dominantes, a mídia alternativa tende a dar voz aos "mudos" sociais.

Obviamente que a mídia hegemônica também pode incluir estes temas em pauta, mas a razão, a motivação não é a transformação social, e nesta medida não se confunde com a mídia alternativa, pois esta visa a modificação do *status quo*, a conscientização política, a luta por direitos e, em alguns casos, indicar medidas a serem tomadas.

Por tudo que até o momento se colocou, deve-se levar em conta que em um mundo onde muitas experiências se desperdiçam, pois encontram-se do outro lado da linha, impera deixar de lado a arrogância do saber ocidental e eurocêntrico para se enxergar além e se verificar que outras formas de mídia são implementadas e produzem reações e abalos na linha abissal, por mais que a alguns não interesse ver com olhos de ver. Para não se desperdiçar esta experiência e poder alargar o presente, Santos sugere que se faça uma sociologia das ausências que

*"Visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade pode ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas podem ser objeto de disputa política." (2002: 252).*

Nesta medida, passa-se brevemente, às estratégias de comunicação do MST, que perpassa também pela mística e ritualística implementada.

#### 4. As estratégias comunicacionais do MST

Para um movimento social poder competir no espaço público, não basta que a causa seja justa e a mensagem atrativa, é preciso criar marcos referenciais significativos e chamativos. Neste sentido, nos fala Gohn que

*"As mensagens têm que ser comunicativas, os assuntos de interesse público e idéias, símbolos e palavras-chaves devem ser criadas. Há necessidade de um corpo de ativistas, datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos; fundos têm que ser levantados e arrecadados, cartas e boletins devem ser escritos, uma lista de nomes e de endereços de membros e adeptos potenciais deve ser agilizada, além de preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc." (2000: 43).*

Assim, podemos ver a importância da mística utilizada pelo MST, e apreendida do seu seio, que são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e passada pelos teólogos da libertação, com seus símbolos próprios, que são bem marcantes e que dão união ao grupo e lhes garante identidade. Fazem parte desta mística, o nome, a ocupação, a bandeira, o hino, a cultura camponesa. É um misto de lúdico com solenidade a serviço da pedagogia, sem correr o risco de folclorizar a luta, no sentido afirmado por Houtart quando afirma que "a busca pela expressividade das formas não pode substituir o conteúdo das lutas" (Houtart, 2001: 96).

O nome sem-terra foi uma expressão cunhada pela mídia e apropriada pelo MST, que remete à questão de classe, ao não lugar que possui e que deveria estar, remete à exclusão. Pertencer ao MST é se reconhecer como excluído de um processo e ao mesmo tempo a reafirmação da luta contra esta exclusão.

As ocupações, para além de ação de luta, também carregam em si um simbolismo, pois romper a cerca do latifúndio é romper as amarras de séculos de concentração de terras. É um momento de êxtase, de conquista, de coragem para um povo oprimido e espoliado. Neste mesmo sentido, tem-se o levantar das barracas no acampamento, quando o coração pulsa mais forte com o orgulho que carregam pela bandeira fincada na terra. Para desqualificar a ação, a mídia utiliza-se do termo *invasão*, pois agrega a si a idéia de violência.

A bandeira do Movimento foi criada em 1987 e está presente sempre em qualquer evento realizado pelo MST. Suas cores também possuem significados e ninguém melhor do que o próprio Movimento para descrevê-la, razão pela qual aqui se transcreve<sup>12</sup>:

**Cor vermelha:** *representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar*

---

<sup>12</sup> <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3902>, acesso em 22 de Agosto de 2008.

*pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.*

**Cor branca:** *representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos*

**Cor verde:** *representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos*

**Cor preta:** *representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade*

**Mapa do Brasil:** *representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país*

**Trabalhador e trabalhadora:** *representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.*

**Facão:** *representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.*

O hino, com seu refrão, “Vem, lutemos, punhos erguidos. Nossa força nos leva a edificar. Nossa pátria livre e forte, construída pelo poder popular”, também constitui e carrega em si forte simbolismo, contribuindo para sua auto-estima, apresentando os sem-terra como povo forte, valente e agente capaz de mudança.

Fonseca, ao discorrer sobre o hino do Movimento, afirma que

*“A convicção no programa do MST é buscada com a ajuda de idéias-força como a de dignidade alcançada pelo trabalho, a de liberdade e a de esperança em um futuro que recompensará o presente de luta. Invoca-se ainda uma imagem de enfrentamento aos opressores e um espírito de sacrifício. O hino é tratado com pompa e solenidade. Os dirigentes do MST instruem para que ele não seja cantado em toda ocasião, mas apenas em momentos excepcionais. Ao cantar o refrão, os militantes erguem o punho esquerdo, signo de força ao campo político que se contrapõe a uma “direita” conservadora.” (2006: 13).*

O Missionarismo, herdado ainda de suas bases de formação, traz em si outra mística, que é a entrega da vida, o devotamento, e isso faz com que os membros do MST abracem a causa com mais afinco e amor, largando mesmo projetos pessoais pela luta coletiva.

Outro elemento importante que compõe a mística são as palavras de ordem, que potencializam as ações e trazem um sentimento de co-responsabilidade ao grupo. Cada acampamento, cada encontro, com seus lemas, possui sua palavra de ordem.

Para além da mística que envolve o Movimento, é extremamente importante para qualquer organização, principalmente quando os veículos tradicionais de comunicação são hegemônicos e refletem a imagem do que lhes interessa, a criação de mecanismos próprios de veiculação de informação, dentro e fora do Movimento. O MST possui os seus:

- a) O Jornal Sem-Terra, criado há quase 25 anos, tem edição mensal e é produzido pelo próprio Movimento e com vistas aos seus membros;
- b) A Revista Sem-Terra tem circulação bimestral e visa atingir setores da sociedade civil, simpatizantes ao Movimento;

- c) O site [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), no qual são prestadas informações sobre o Movimento, história, objetivos, campanhas, nacionais e internacionais, próprias e de outros movimentos sociais, em associação ou não, além de artigos e entrevistas.
- d) MST Informa é um boletim eletrônico, com edição quinzenal, enviado aos cadastrados através do site.
- e) As rádios comunitárias são incentivadas dentro dos acampamentos do MST, servindo também para comunicação interna.
- f) O Programa de rádio Vozes da Terra surgiu em 2000, numa parceria com a Universidade Católica de Santos (Unisantos), sendo distribuído por cerca de 500 rádios comunitárias.

Uma forma de ação promovida nos acampamentos e que evita o isolamento, é, por exemplo, naqueles que são mais organizados, a distribuição de parte da colheita às pessoas de baixa renda residentes na proximidade, para além do envolvimento da comunidade em rádios comunitárias.

O reconhecimento público é um importante elemento que garante a legitimidade das ações implementadas e uma das formas mais eficazes de visibilidade é por meio da mídia. Quando o MST inaugurou suas ações por meio das ocupações coletivas, sua intenção era garantir espaço na mídia, ganhando e chamando atenção à sua causa. Não se esperava bons comentários dos meios de comunicação hegemônicos, afinal não estão aí para isso. A intenção do Movimento era se fazer notar, era gritar à sociedade e aos políticos, locais e nacionais. Não esperavam flores.

As primeiras ocupações realizadas pelo MST eram informadas aos principais meios de comunicação de massa, mas o espaço atribuído era muito pequeno, sendo esse quadro modificado a partir da década de noventa, quando tomou grande proporção. Segundo Fernandes, foi “a partir da ocupação do Pontal de Paranapanema, da novela O Rei do Gado, do massacre de Corumbiara, do massacre de Eldorado dos Carajás e da Marcha, que o MST passou a ser conhecido nacionalmente” (2000: 23).

Segundo Gilmar Mauro<sup>13</sup>, membro da coordenação nacional do MST, não são as ocupações de terra que incomodam o grupo dominante e hegemônico, mas sim, na verdade, o poder contra-hegemônico que estas ações têm em si imbutidas:

*“(...) eles batem no Movimento Sem Terra porque é um grupo de gente, de povo, de pobre organizado e pobre organizado é um perigo para a elite brasileira. Eles têm nojo, ojeriza, de pobre organizado e vão combater sempre. O dia que o editorial do*

---

<sup>13</sup> Em seminário realizado no dia 26 de junho de 2002, promovido pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, em comemoração pelo Dia Internacional Das Nações Unidas De Luta Contra A Tortura.



*Estadão falar bem de nós, nós vamos ter que reavaliar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, pois certamente estaremos no caminho errado. Não dá para esperar aplauso de quem é dono dos meios de comunicação, ao mesmo tempo é dono do poder econômico do país."*

## 5. Algum dia haverá conclusão?

O processo dominante de globalização gera um aumento das expectativas sociais, no sentido da realização dos desejos e necessidades do indivíduo/coletividade, mas a realidade oferece um distanciamento cada vez maior entre as experiências e as expectativas. Devemos compreender o Estado como uma das fontes propulsoras desta diminuição de frustrações, sendo um dos motores da transformação e, neste sentido, deve ser impulsionado quando omissivo e incumpridor, por meio de uma cidadania ativa e democraticamente informada.

Com uma nova forma de Estado, sob o viés contra-hegemônico e com a democracia participativa implementada, teremos uma ampliação do espaço público, igualmente mais democrático, garantindo empoderamento aos grupos excluídos socialmente.

Um grupo de não-cidadãos, quando organizados, passa de sem-voz a alguma voz, mesmo que esta seja vocalizada e direcionada, segundo os grandes interesses, para o crime, como forma de desqualificá-la. Isso o empoderamento garante: de uma forma ou de outra se fazer ouvir e poder gritar "eu existo também!".

## Referências Bibliográficas

Boron, Atílio (2001), "A nova ordem imperial e como desmontá-la", in José Seoane e Emílio Taddei (Eds.), *Resistências Mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, p. 38 a 54.

Cardoso, Gustavo (2006), *Os Media na Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - O Poder da Identidade* [Vol. II]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Chomsky, Noam (1989), *Necessary Illusions: Thought Control in Democratic Societies*. New York: South and Press.

Downing, John D. H. (2002), *Mídia radical - rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.

Fernandes, António Teixeira (2006), *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*. Porto: Afrontamento.

Fernandes, Bernardo Mançano (2000), *Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Petrópolis: Vozes.

Fonseca, Isabel Costa (2006), "Estratégias de comunicação do MST para se inserir na esfera pública", *Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação*, 1 (1), 20, pp. 1 a 20.

Góes, Laércio Torres (2000), *Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web*. Paper presented at the IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Salvador - BA.

Gohn, Maria da Glória (2000), *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes.

Gonçalves, Carlos Walter Porto (2006), "Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 75, 139-169.

Houtart, François (2001), "A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo", in José Seoane e Emilio Taddei (Eds.), *Resistências mundiais: De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 89 a 99.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2004), "Media, públicos e cidadania: algumas notas breves", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, 147-158.

Murdock, Graham (1992), "Citizens, Consumers and Public Culture", in Michael Skovmand e Kim Christian Schroder (Eds.), *Media cultures: Reappraising Transnational Media*. New York: Routledge, pp. 17 a 40.

Ramonet, Ignácio (2000), *Propagandas silenciosas - Massas, televisão, cinema*. Porto: Campo das Letras.

Romão, Lucília Maria Sousa; Tfouni, Leda Verdiani (2002), "Vejam caros amigos: O litígio no discurso jornalístico [Electronic Version]", *Revista de Ciência Política*. [http://www.achegas.net/numero/doi/lucilia\\_e\\_leda.htm](http://www.achegas.net/numero/doi/lucilia_e_leda.htm) acessado a 13.05.2008.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), "La Globalización, los Estados-Nación y el Campo Jurídico: de la Diáspora a la Ecumene Jurídica", in Boaventura de Sousa Santos (Ed.), *Sociología Jurídica Crítica: Para un Nuevo Sentido Común en el Derecho*. Madrid: Trotta, pp. 290-454.

Scott, James C. (1990), *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven: Yale University Press.

Sklair, Leslie (2005), "Generic Globalization, Capitalist Globalization and Beyond: A Framework for Critical Globalization Studies", in Richard Appelbaum e William Robinson (Ed.), *Critical Globalization Studies*. Oxford: Oxford University Press, 55-65.

## Nota Biográfica

**Cristiane Reis** é advogada, graduada pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Foi Professora na disciplina de Direito Penal, no curso de Direito, na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro/Brasil. Foi Assessora da Presidência da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro/Brasil. Possui Especialização em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/Brasil. É Mestre em Ciências Criminais pela Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro/Brasil e doutoranda no programa "Direito, Justiça e Cidadania no Século

XXI", na Universidade de Coimbra/Portugal, sob orientação do Prof. Dr. Boaventura Sousa Santos e co-orientação do Prof. Dr. José Manuel Mendes, sob financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Contacto: *csouzareis@gmail.com*